

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



O mês de setembro trouxe mais uma série de denúncias contra Michel Temer e outros membros do governo golpista. A prisão do ministro Geddel Vieira Lima, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, a delação do doleiro Funaro, além da nova denúncia de Janot, acendem o sinal amarelo no Planalto. Temer deve conversar com a base aliada sobre estratégias para escapar. Em Curitiba, Lula depôs novamente e mais uma vez não foram apresentadas provas. As declarações do ex-ministro Antonio Palocci, no início do mês, deram apoio à denúncia

Denúncia contra Temer e o “quadrilhão” do PMDB

No dia 14, o procurador-geral da República Rodrigo Janot denunciou o presidente golpista Michel Temer ao Supremo Tribunal pelos crimes de formação de organização criminosa e obstrução de justiça. Além de Temer, são acusados de compor a organização criminosa os peemedebistas Eduardo Cunha, Henrique Eduardo Alves, Moreira Franco, Geddel Vieira Lima e Eliseu Padilha, todos membros ou ex-membros da Câmara dos Deputados, além de assessores e operadores, como José Yunes e Lúcio Funaro. Segundo a PGR, os denunciados receberam pelo menos 587 milhões de reais em propina e vantagens indevidas.

A denúncia ganhou força após relatório entregue pela Polícia Federal, que apontou que o objetivo da organização criminosa era obter vantagens indevidas dentro da administração federal e da Petrobras. Também pesou a favor de Janot a decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal que negou de forma unânime o pedido de suspeição do pro-

curador Janot pela defesa do presidente Temer. A denúncia foi feita às vésperas do fim do mandato de Janot, que se encerrou no dia 17. A nova procuradora-geral, Raquel Dodge, tomou posse no dia 18.

A nova denúncia seguirá o mesmo rito da última, que foi barrada na Câmara dos Deputados. Na ocasião, Janot havia denunciado Temer pelo crime de corrupção passiva, baseando-se nos áudios e delações da JBS, que apontaram que Temer havia sido o beneficiado com a mala de 500 mil reais destinados à compra do silêncio do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e do doleiro Lúcio Funaro. Para seguir, a denúncia precisa passar pela Câmara dos Deputados e seu prosseguimento ser autorizado por 342 parlamentares, isto é, dois terços do total. Para a PGR, Temer cometeu o crime de obstrução de justiça ao tentar barrar a Lava Jato na compra do silêncio de Cunha e Funaro e formou uma organização criminosa da qual era o braço político.

De acordo com o relatório da Polícia Federal e o conteúdo da denúncia, Cunha tinha a função de

negociar e desenvolver os aspectos obscuros das operações criminosas, enquanto Temer oficializava os atos. Os principais membros da organização criminosa são ou foram indicados para serem ministros de Temer desde o primeiro dia do presidente no Planalto, após o golpe, à exceção de Eduardo Cunha, que já ocupava o posto de presidente da Câmara. Henrique Alves foi indicado para o Turismo; Moreira Franco para a secretaria do Programa de Parceria de Investimentos (PPI) e depois para Secretaria-Geral da Presidência, ganhando foro privilegiado simultaneamente ao avanço das investigações; Geddel Vieira Lima para a Secretaria de Governo; e Eliseu Padilha para a Casa Civil. Todos, em especial Franco, Padilha e Cunha, foram articuladores de Temer na derrubada do governo legítimo da presidenta Dilma Rousseff.

A defesa de Temer solicitou ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, que devolva à PGR a denúncia, sob a alegação de que Janot teria incluído nesta fatos anteriores ao mandato presidencial de Temer. De acordo com a Constituição Federal, um presidente da República não pode ser julgado em seu mandato por fatos ocorridos anteriormente a sua posse. Fachin deve aguardar uma decisão do plenário do Supremo em relação a uma questão de ordem impetrada pela defesa de Temer, que pede que as investigações sejam suspensas até que os fatos envolvendo a delação da JBS, que está sob investigação após áudios não entregues serem revelados e um procurador ser acusado de ter colaborado com a empresa, sejam esclarecidos.

Por depender de autorização da Câmara dos Deputados, a expectativa é que o governo siga negociando cargos e emendas parlamentares com os deputados de modo a conseguir o suficiente para barrar a denúncia, como na primeira vez. Para a base fisiológica que sustenta Temer, a denúncia é quase uma clara oportunidade de abocanhar cargos na máquina pública e verbas do orçamento federal para livrar Temer e seus comparsas.

Novo depoimento de Lula na Lava Jato

No último dia 13, Luiz Inácio Lula da Silva depôs pela segunda vez, em Curitiba (PR), ao juiz Sergio Moro. O segundo depoimento ocorreu na sema-

na em que o ex-presidente retornava da Caravana realizada pelo Nordeste, onde foi aclamado como o melhor presidente do Brasil naquela região.

No processo no qual depôs, Lula é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro. Segundo a acusação, a Odebrecht teria comprado um terreno para o Instituto Lula, em São Paulo e um apartamento vizinho ao que o ex-presidente reside, em São Bernardo (SP), com propinas de contratos da Petrobras. Uma semana antes, o ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil Antonio Palocci fez declarações a Moro de que Lula tinha um “pacto de sangue” com os donos da Odebrecht para pagamento de propinas ao PT, tentando comprometer Lula na Lava Jato para obter redução de sua pena na ação.

No depoimento de Lula, o Ministério Público apresentou cópias de e-mails trocados entre Palocci e Marcelo Odebrecht em que tratavam do terreno para o Instituto Lula e projetos arquitetônicos de reforma do imóvel para o Memorial da Democracia. Lula disse desconhecer os documentos e que só falou sobre esse prédio com o presidente do Instituto, Paulo Okamoto, e que o local era inadequado para sediá-lo. O Instituto Lula pediu ao então prefeito, Gilberto Kassab, um terreno para a construção do Memorial em uma área perto da Estação da Luz, conhecida como cracolândia.

Quanto ao apartamento em São Bernardo, era alugado pela União desde 2007, para a segurança presidencial no período em que Lula era presidente. A partir de 2010, quando Lula deixou a Presidência, foi mantido alugado pela família para ser usado para reuniões políticas, de modo a não ocupar o imóvel onde reside.

Embora o apartamento estivesse sendo alugado de Glaucos Costamarques para a família Lula desde o dia 1º de fevereiro de 2011, a escritura só foi transferida do antigo proprietário para o nome dele em 2016. Glaucos é primo do pecuarista José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente. Lula afirmou que o pagamento dos aluguéis era feitos com regularidade pela esposa, Marisa Letícia, como também constam nas declarações de imposto de renda dele, como inquilino, e de Glaucos, como proprietário e que, portanto, não há nenhuma irregularidade.

O depoimento de Lula foi pontuado por menções a

Palocci. Rebatendo suas acusações, o ex-presidente disse que Palocci é uma pessoa fria e calculista, que faria qualquer coisa para conseguir o que deseja, no caso, a redução de sua pena. Disse não ter raiva do ex-ministro, mas pena e que “nada do que ele disse no depoimento é verdadeiro. A única verdade é ele dizer que está fazendo aquela delação porque quer os benefícios da delação”. Para Lula, Palocci “inventou a frase de efeito ‘pacto de sangue’ para descrever a relação de Lula com a Odebrecht, mas foi ele, Palocci quem fez pacto de sangue com os advogados e o Ministério Público”.

Além de responder às perguntas de Moro, também o acusou de ter sido injustiçado na condenação a nove anos e seis meses de prisão, na ação penal sobre o triplex no Guarujá (SP). Disse que quer enfrentar o Ministério Público e a força-tarefa da Lava

Jato para provar sua inocência, que a ninguém interessa mais provar sua inocência do que a ele próprio e que, isso feito, espera que os procuradores lhe peçam desculpas.

O futuro político de Lula depende do desfecho das ações penais em curso, na que diz respeito ao triplex no Guarujá, foi condenado a mais de nove anos de prisão. A defesa afirma que a ação de Moro e dos procuradores é uma perseguição política contra o ex-presidente, com intenção de tirá-lo da disputa presidencial em 2018. Lula lidera as intenções de voto, com cerca de 30%, mais que o dobro de seus adversários, segundo as pesquisas. Após o depoimento, Lula foi recebido por mais de sete mil apoiadores, em ato na Praça Generoso Marques, em Curitiba.



acesse
o canal **teve FPA** 

ENTREVISTAS - EVENTOS - TRANSMISSÕES AO VIVO